

Ilma Sra
Edenice Brandão Ávila de Souza
MD. Chefe da FLONA de São Francisco de Paula

Prezada Senhora:

Por ter tomado conhecimento do inquérito instaurado pelo Ministério Público Federal referente à reivindicação de famílias indígenas da etnia Xokleng sobre a área de terras da Floresta Nacional de São Francisco de Paula, dirijo-me a V. Sra. para manifestar minha indignação ao fato e a defesa pela manutenção desta Unidade de Conservação de propriedade da União.

Inicialmente, gostaria de lembrar que esta Unidade de Conservação (Floresta Nacional de São Francisco de Paula) foi criada na década de 1940, pelo extinto Instituto Nacional do Pinho, com o objetivo de desenvolver tecnologia de reflorestamento e repassá-la a comunidade, especialmente de *Araucaria angustifolia* (Pinheiro-brasileiro) e outras espécies nativas e exóticas. Esta brilhante iniciativa permitiu desenvolver com sucesso a técnica de reflorestamento da Araucária, cujos resultados estão presentes em todas as Florestas Nacionais, com povoamentos de alta qualidade da espécie de idade superior a 50 anos. Se não tivesse havido esta iniciativa hoje não teríamos o conhecimento e os exemplos materializados de como proceder ao reflorestamento desta espécie. Entendo que a criação das Florestas Nacionais com seus objetivos definidos e a sua manutenção ao longo do tempo constituiu-se numa grande iniciativa e de sucesso do Serviço Florestal Brasileiro. Por isto, merecem uma maior atenção e manutenção de seus objetivos especificados no Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Há muitos anos atuo na pesquisa e ensino no curso de Engenharia Florestal da Universidade Federal de Santa Maria. Ao longo de 30 anos desta atividade tenho desenvolvido pesquisas com os alunos da graduação e pós-graduação, em diferentes especialidades, nas áreas florestais das Florestas Nacionais do sul do Brasil, em especial nas de São Francisco de Paula, Passo Fundo e Canela. A grande maioria destas pesquisas tem a característica de longo prazo, necessitando de medições periódicas e contínuas, devido à natureza do crescimento das árvores serem de ciclo longo. Muitas destas pesquisas já foram publicadas e, outras estão em andamento, tendo contribuído para o desenvolvimento socioeconômico do Estado e Nação.

A alteração do destino da Floresta Nacional de São Francisco de Paula, em questão no inquérito instaurado pelo Ministério Público Federal, e das outras unidades, contraria os objetivos de criação das Florestas Nacionais, pois impedirá a continuidade das pesquisas florestais em desenvolvimento. A manutenção das áreas de florestas, caso se concretize a demanda da comunidade indígena, estará ameaçada e se perderá um patrimônio público com conhecimento biológico inestimável, que foram sendo obtidos ao longo de mais de 50 anos de atividades florestais.

Por outro lado, entendo que a reivindicação do grupo indígena deveria ser atendida em outra área de terras, pois isto inevitavelmente comprometerá o trabalho de anos de pesquisas florestais e biológicas de nossas universidades e de outras instituições públicas. Além disto, perder-se-á um dos maiores exemplos vivos de reflorestamentos bem sucedidos, especialmente com a espécie araucária, o que será lamentável, além dos prejuízos irreparáveis ao patrimônio público.

Atenciosamente.



Dr. Paulo Renato Schneider
Professor Titular de Manejo Florestal da UFSM